



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE

# *Diário Oficial do Município*

FUNDADO PELA LEI Nº 43 DE 16 de JULHO 1974

ANO: 2025

MÊS: DEZEMBRO

LEI Nº. 1356/2025

DE 02 DE DEZEMBRO 2025.

**DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES A DANÇAS E MÚSICAS QUE ALUDAM À SEXUALIDADE PRECOCE, CRIME ORGANIZADO E APOLOGIA AO USO DE DROGAS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE MAMANGUAPE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE MAMANGUAPE**, ESTADO DA PARAÍBA, dentro das atribuições que lhes são cabíveis, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica proibida, no âmbito das escolas públicas e privadas do Sistema Municipal de Ensino de Mamanguape, a exposição de crianças e adolescentes a conteúdos sonoros, coreográficos ou audiovisuais que aludam à sexualidade precoce, ao crime organizado ou ao uso de drogas ilícitas, em atividades curriculares e extracurriculares.

Parágrafo único. A proibição constante do *caput* aplica-se, mas não se limita a:

I – Letras de músicas e coreografias que:

- a) banalizem ou incentivem precocemente a atividade sexual;
- b) glorifiquem ou normalizem a conduta de organizações criminosas;
- c) façam apologia ao consumo de drogas ilícitas.

II – Eventos, festivais, apresentações e comemorações realizados no ambiente escolar.

**Art. 2º** Considera-se para os fins desta Lei:

I – Sexualidade Precoce: a representação ou estímulo a comportamentos, danças ou letras de música de conteúdo sensual ou erótico, incompatíveis com a fase de desenvolvimento psicossocial da criança e do adolescente.



ESTADO DA PARAIBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE

# *Diário Oficial do Município*

FUNDADO PELA LEI Nº 43 DE 16 de JULHO 1974

ANO: 2025

MÊS: DEZEMBRO

II – Apologia ao Crime Organizado: a exaltação de facções, líderes ou práticas criminosas de organizações que atuem de forma sistemática e hierarquizada.

III – Apologia ao Uso de Drogas: a incitação, glorificação ou indução ao consumo de substâncias entorpecentes ou psicotrópicas proibidas por lei.

**Art. 3º** As escolas deverão privilegiar, em suas atividades pedagógicas, artísticas e culturais, conteúdos que promovam os valores previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, tais como a dignidade, a cultura da paz, a cidadania e o desenvolvimento físico, mental, moral e social de crianças e adolescentes.

**Art. 4º** O Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria de Educação, promoverá:

I – A orientação e capacitação dos profissionais da educação para a implementação desta lei;

II – A fiscalização do cumprimento do disposto nesta lei, no âmbito das unidades de ensino;

III – Campanhas educativas dirigidas à comunidade escolar sobre a importância da proteção integral da criança e do adolescente.

**Art. 5º** O descumprimento desta Lei sujeitará a unidade de ensino às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo de outras responsabilidades legais cabíveis:

I – Advertência por escrito;

II – Suspensão de repasses de verbas públicas, no caso de escolas conveniadas;

III – Multa de valor a ser regulamentado pelo Poder Executivo, revertida ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente.

**Art. 6º** As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mamanguape, Estado da Paraíba, em 02 de dezembro de 2025.

  
**JOAQUIM FERNANDES DE OLIVEIRA NETO**  
Prefeito Constitucional